



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Título do trabalho: **AUTOCRACIA BURGUESA, CULTURA POLÍTICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Nome completo do proponente: Andreia de Souza de Carvalho

Natureza do trabalho: Reflexão Teórica

Eixo (e tema, quando houver): EIXO IV: MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Formação e titulação do proponente: Historiadora, assistente social, mestre em história política, doutora em Serviço Social (UERJ)

Instituição, quando houver: Programa de Estudos de América Latina e Caribe/Centro de Ciências Sociais/UERJ

Telefone: (21) 967016049/2334-0276

E-mail: andreia.proealc@gmail.com



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



AUTOCRACIA BURGUESA, CULTURA POLÍTICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Resumo: O trabalho apresenta elementos para análise do processo de construção democrática brasileira no período pós-1964, até a promulgação da Constituição de 1988. A importância do tema justifica-se partir das recentes configurações da política brasileira em que novamente se clama por saídas autoritárias, o que torna a importância da formação histórica e política fundamental para a defesa dos direitos.

Palavras chave: ditadura militar, autocracia burguesa, constituição, movimentos sociais.

Abstract: Are presented some elements for analysis of the Brazilian democratic building process from 1964 until to the promulgation of the Brazilian Constitution on 1988. The relevance of this subject is justified with the more recent events from the Brazilian politics where requests for authoritarian solutions are heard. This fact makes fundamentally important the formation on history studies and the formation on politics studies for the defense of the already won rights.

Keywords: military dictatorship, bourgeois autocracy, constitution, social movements.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre elementos da história e da cultura política do país. Para debater tais elementos destacamos as formulações de Chauí (2000) que critica a ideia de que o autoritarismo seria um fenômeno político que se manifesta periodicamente, pois, a autora entende a própria formação da sociedade brasileira como eminentemente autoritária. Já que nestes trópicos as divisões sociais são naturalizadas e hierarquizadas, as diferenças são tidas como desvio da norma, e o conflito social entendido como uma ameaça à ordem, “uma vez que conflitos e contradições negam a imagem de boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira... isso não significa que conflitos são ignorados, e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimos de perigo” (CHAUÍ, 2000, p.92). O que justificaria toda sorte de arbitrariedade e violência, que nem mesmo são percebidas como tais e a exacerbação da violência policial e repressão para as demandas populares, ou um “desprezo condescendente” aos opositores.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A atualidade ilustra bem o pensamento de Chauí com a ampliação de manifestações “saudosas” da ditadura militar.

Carvalho (2001) observa que curiosamente, a lógica invertida da cidadania brasileira¹, fez com que os direitos sociais tivessem sua ampliação em períodos ditatoriais, referindo-se tanto ao Estado Novo, quanto a ditadura militar, em que direitos civis e políticos estavam suspensos ou limitados. A pior consequência desse processo foi a excessiva valorização do Poder Executivo para a solução dos problemas sociais, em detrimento de atitudes “políticas” da sociedade, ou seja, uma desconfiança com relação da organização das camadas populares em prol da luta por direitos, como se a mesma colocasse em risco “a ordem e a democracia”. Na prática, o Estado aparecia com um “doador de direitos, desvalorizando a importância da garantia de direitos civis e dos direitos políticos em favor de uma relação clientelista com o poder. Tal processo gestou no Brasil uma cultura política que compromete a crença na disputa política e aprofundamento da democracia como um mecanismo necessário para ampliação da esfera pública.

O GOLPE “PREVENTIVO” DE 1964

Ao tratar da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, no contexto da Guerra Fria, após os anos 50, Florestan (1975) afirma que a burguesia brasileira aderiu a ideia de “desenvolvimento com segurança”, apoiando o golpe preventivo de 1964, no sentido de resolver pela força o acirramento da questão social de períodos precedentes, e acelerar o aprofundamento da acumulação capitalista no Brasil, reprimindo o movimento operário como elemento de subversão da ordem e sepultando as possibilidades democráticas construídas até então.

Florestan acrescenta ainda que foi com o regime militar² que teriam surgido novas condições para a associação das elites com o capital financeiro, reprimindo preventivamente qualquer possibilidade de subversão da ordem, portanto, neste ponto o Estado foi apropriado literalmente, pelo que chamou de **modelo autocrático-burguês**, que seria a vertente pela

¹ O autor refere-se a inversão da clássica ordem de construção dos direitos de cidadania oriunda interpretação de Marshall (1967), em que primeiro consolidaram-se os direitos civis e políticos e a partir deles, e da institucionalização da democracia formal, vieram os direitos sociais, conforme já tema problematizado no capítulo I desta tese.

² Utilizaremos ditadura militar, visto que nosso objetivo neste item não é uma análise exaustiva do Estado, mas apresentar em especial a relação deste regime com a sociedade civil no período e os traços autoritários da cultura política do país que se aprofundam, não sem a ressalva de entender que a mesma se configurou numa ditadura civil-militar, principalmente em virtude da associação entre militares e tecnocratas que ocuparam conjuntamente o espaço decisório e organizacional do Estado, compondo a sociedade política.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



qual o capitalismo monopolista se consolidou no Brasil por uma vertente tecnocrática, ou seja, o que o autor entende como revolução burguesa, ainda que distante do modelo das revoluções europeias de mesmo cunho (FLORESTAN, 1975). O mesmo autor identifica as características dessa “revolução”³ atribuindo-lhe os seguintes traços: dissociação prática entre o capitalismo e democracia; concentração de riquezas; drenagem de divisas ao exterior; persistência de formas de trabalho pré-capitalistas e diminuição do valor do trabalho livre.

Neste sentido, teria sido instaurado pela força um pacto-*contra* revolucionário e reacionário no Estado que visava conter as forças que se organizaram no período, e que se expressavam no final dos anos 1960, em torno da defesa das “reformas de base”⁴. As formulações de Freire (2011) nos elucidam o tema de forma contundente:

A análise do pós-1964 demonstra que o renovado Estado burguês erguido com o golpe surge com a vocação e o projeto de concluir a modernização burguesa, percebida principalmente em sua dimensão econômica. Neste contexto, as classes trabalhadoras são incorporadas a esse projeto apenas na condição de fornecedoras de força de trabalho e sujeitos de consumo de bens modernos. O antivarguismo dos homens de 1964 foi apenas nominal: muitas foram as vezes em que se utilizaram dos mesmos recursos da era Vargas. Querendo ou não, a “revolução” de 1964 deu sequência ao ciclo de Vargas com um novo Estado Novo, através do qual impuseram plenamente o capitalismo entre nós e confirmaram a natureza autocrática da tradição republicana (FREIRE, 2011, p. 187).

Recorremos aos trabalhos de Fausto (2011) e Freire (2011) para ilustrar o processo de institucionalização da ditadura que se inicia em 1964. Segundo Freire (2011), o sentido do movimento militar começou a ficar nítido com a assinatura do Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, dentre outras prerrogativas, atribui ao Executivo poderes constituintes, enfraquecendo o Legislativo e controlando o judiciário. “Com esse ato tem início o processo de ‘organização’ institucional da ditadura. O AI-1 foi o primeiro instrumento de fortalecimento do Executivo e de esvaziamento do Congresso Nacional”. Na prática era o Alto Comando das Forças Armadas

³ Lembremos que tal afirmação só ganha sentido se entendida no contexto da contrarrevolução ou “revolução passiva”. Ver: Coutinho, 2006.

⁴ “Sob essa ampla denominação de ‘reformas de base’ estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior [...] O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais”. In: Dossiê Jango. FGV/CPDOC, disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base, consulta em 13/04/2012, às 12:00h.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



que passou a decidir quem ocuparia a presidência e o referendava num Congresso sem condições de opor resistência, tal situação foi ilustrada por Evaldo Vieira da seguinte forma “as sucessões presidenciais de 1964 a 1984 mais parecem a substituição no trono de monarquias ou dos impérios. Vindas de cima, por meio de acordos, o povo brasileiro tem sido apenas chamado para assistir à cerimônia de posse” (VIEIRA, 1985, p. 69. Apud: FREIRE, 2011, p. 131).

Freire (2011) nos elucida que a posse de Castelo significou na prática que o a Escola Superior de Guerra passou a ter um representante de seu projeto político na presidência, atribuindo importância fundamental ao papel da informação para segurança interna, inclusive criando o Serviço Nacional de Informações (SNI), “adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado... Castelo Branco, em realidade, inaugura um regime político que tem como base de apoio à doutrina da Escola Superior de Guerra” (idem, p. 135). A criação deste órgão na prática lançou as bases do aparato repressivo que foi se desenvolvendo, visto que “a dinâmica interna do sistema e a busca cada vez mais ampliada por segurança, transformaram o SNI numa verdadeira agência de espionagem de cidadãos” (idem, pp. 136-137).

Embora aparentemente Castelo procurasse manter a institucionalização mínima do sistema representativo, após a eleição em vários estados de opositoristas ao regime, “em especial na Guanabara e em Minas Gerais, dois dos mais importantes estados do país, levou a uma radicalização no interior da corporação militar, exigindo a ‘linha dura’ a adoção de medidas drásticas pela preservação do regime. Tais pressões resultaram na promulgação do AI-2” (FREIRE, 2011, p. 137). Em 1965, o AI-2 extinguiu treze partidos políticos, submetendo novas organizações a condições definidas em legislação específica. O resultado é que com essa submissão apenas duas organizações foram autorizadas, deste modo foi instituído o sistema bipartidário com: “um partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um partido da oposição consentida ao regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)” (idem, p. 139).

Segundo Fausto, no período supracitado iniciaram-se os expurgos e perseguições aos adversários do regime, e já havia denúncias de torturas que foram arquivadas “por falta de provas”, ainda assim o sistema não estava plenamente fechado, pois, “havia a possibilidade de se utilizar do recurso do *habeas corpus* perante os tribunais e a imprensa se mantinha relativamente livre” (FAUSTO, 2011, p. 258). A repressão mais violenta concentrava-se no campo, em especial no Nordeste em virtude da atuação das Ligas Camponesas. “Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federação de trabalhadores e a prisão de



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



dirigentes sindicais. As intervenções visavam em regra os sindicatos mais expressivos” (FAUSTO, 2011, p. 258). Governadores e parlamentares perderam o mandato ou tiveram seus direitos políticos suspensos (FAUSTO, 2011, p. 259).

Após o primeiro impacto da repressão, em meados de 1966 ao final de 1967⁵, formou-se a chamada “Frente Ampla” de oposição, “golpistas civis de primeira hora, como Carlos Lacerda... juntaram-se a políticos cassados do regime, como Juscelino Kubitschek e João Goulart e articularam um movimento de oposição civil em âmbito nacional, fora do sistema partidário” (FREIRE, 2011, p. 155). Este grupo se reuniu em Montevideu e propuseram uma luta pela redemocratização e afirmação do direito dos trabalhadores. O movimento estudantil ganha ímpeto, em especial em 1968 com a morte de um estudante, pela polícia militar, durante um protesto. “O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada em junho de 1968 [...] Ao mesmo tempo ocorreram duas greves operárias agressivas – as de Contagem, perto de Belo Horizonte, e de Osasco, na grande São Paulo” (FAUSTO, 2011, p. 264). Tais movimentações da sociedade civil eram associadas a ideologia comunista pelo regime.

O estopim do processo foi uma fala do deputado Marco Moreira Alves considerado altamente ofensivo pela Presidência da República, e militares em geral. “Os militares exigiam que o Congresso concedesse licença pra que a Justiça processasse o deputado [...] A Câmara dos deputados rejeita, por uma diferença de 75 votos, o pedido [...] No dia seguinte à votação no Congresso (em 13 de dezembro de 1968), portanto, menos de 24 horas após a derrota, o governo Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5)” (FREIRE, 2011, p. 158). Era o início da chamada “linha dura” que se acirra com a presidência de Emílio Garrastazu Médici, em 1968 o regime fechou-se definitivamente, visto que diferente dos Atos anteriores, este não tinha prazo para vigência. O plano econômico desse período coincide com ajustes sob a liderança do tecnocrata Delfim Neto, com o apoio do empresariado (FREIRE, 2011, p. 160). Freire aponta que os “escrúpulos de consciência” foram substituídos e cada vez mais a tortura foi utilizada na busca de “informações”⁶. Entre 1969 e 1973, “ocorre uma concentração no que tange aos desaparecimentos, aos mortos e abuso de poder” (FREIRE, 2011, p. 165).

⁵ Ano em que foi proibida oficialmente.

⁶ A tortura só foi extinta nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI em 1976), a partir da repercussão nacional e internacional dos casos do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do metalúrgico Manoel Fiel Filho (1976), ambos mortos pela repressão ao serem intimados para depor no órgão. Nos dois casos foi alegado suicídio por enforcamento, ocasião em que o presidente Geisel mudou a chefia do órgão (FAUSTO, 2011, p. 272). É importante lembrar que a tortura deixou marcas profundas na sociedade brasileira, inclusive suscitando permanências atuais nas polícias militares estaduais, frequentemente denunciadas por defensores dos direitos humanos.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Na economia, somente no governo de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) que a política econômica do governo começou a sentir as turbulências oriundas da conjuntura internacional, que já tratamos anteriormente, com a crise do capital nos anos de 1970. Faltaram recursos para manutenção do “milagre econômico”⁷ que para continuar a manter ou ampliar as taxas de crescimento necessitava de recursos externos, pois, a poupança interna era insuficiente. “Esses recursos não faltaram. Eles entraram no país principalmente sob a forma de empréstimos. Porém, daí resultou o aumento da dívida externa, tanto pública quanto privada [...] Além disso, o pagamento dos juros da dívida passou a pesar mais fortemente sobre o balanço de pagamentos, uma vez que a maioria dos empréstimos foi contraída a taxas flexíveis de juros” (FAUSTO, 2011, p. 275).

Para Fernandes (1975) e Netto (1991), seria um traço característico no Brasil a capacidade de sua classe dominante autocrática de bloquear possibilidades democráticas no Estado Brasileiro, no sentido de priorizar relações de clientela e a distância entre as classes. Esse padrão de capitalismo dependente além de bloquear as possibilidades de um desenvolvimento nacional autônomo, que por sua própria natureza criam e aprofundam as desigualdades existentes, o que prioriza uma organização social em que uma minoria social “privilegiada” retenha para si os privilégios como se fossem direitos, excluindo ou reduzindo os direitos da grande maioria da sociedade, situação esta que dificultaria sobremaneira a consolidação da democracia no país.

Mas é importante frisar que as características autocráticas da burguesia brasileira, descritas anteriormente, somada a ação de tecnocratas e militares não foi capaz de frear o crescimento da organização da sociedade civil, “ao contrário, a sociedade civil cresceu enormemente ao longo do período ditatorial” (COUTINHO, 2006, p. 186). Coutinho identifica tal fenômeno como uma contradição da ditadura em que concomitante com um Estado autoritário que empenhava esforços para desmobilizar a sociedade, esta pressionava pela

⁷ O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro em virtude das altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em média de 11,1% ao ano (a.a.). Esse rápido crescimento ocorreu com a redução da inflação, além de *superávits* no balanço de pagamentos. Segundo Veloso (Et. et. Al., 2008), “embora esse período tenha sido amplamente estudado, não existe um consenso em relação aos determinantes últimos do “milagre”. As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do “milagre” às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento” (idem).



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



abertura, pela anistia e pelo fim do bipartidarismo (COUTINHO, 2006, p. 189). Convém ainda lembrar que “o longo ciclo da ditadura brasileira promoveu um espetacular de desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa “modernização conservadora”⁸ recriou, aprofundou e perpetuou – os traços mais autoritários de nossa cultura política” (FREIRE, 2011, p. 191).

Em dezembro de 1979, no governo de João Figueiredo, é extinto o bipartidarismo, e os tempos de oposição unida viram passado, “à medida que o regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir” (idem). A antiga ARENA tornou-se o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB acrescentou tornou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1981, visto que uma decisão judicial o impediu de usar a sigla Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de identificação getulista. O Partido da Frente Liberal (PFL) foi registrado em 1984, o Partido Verde (PV) em 1986, já o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em 1988, com dissidências do PMDB, por ocasião da Constituinte⁹.

José Murilo de Carvalho (2001) acredita que a grande novidade do período final da ditadura foi a criação do PT¹⁰ e o ressurgimento do movimento sindical autônomo e contrário ao corporativismo/cooptação de períodos anteriores, definindo seus termos com bases em grandes assembleias, e fundando ilegalmente na primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que deu origem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a dissidência chamada Central Única dos Trabalhadores (CUT). No que tange as lutas pela terra, em 1979 foi formada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a partir da iniciativa de sindicatos do campo e grupos de oposição católicos militantes. No mesmo ano, iniciaram-se as articulações que originaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹¹. No Brasil pós-ditadura esses “novos sujeitos”¹²

⁸ O conceito de “modernização conservadora” foi cunhado originalmente por Moore Junior (1975) para analisar os processos de passagem da Alemanha e no Japão para economias industriais, em busca de entender como o pacto político realizado entre as elites dominantes que condicionou a forma característica do desenvolvimento do capitalismo nestes países, que os conduziu a regimes políticos autocráticos e totalitários.

⁹ Não temos a intenção de apresentar todo o histórico de construção partidária a partir de então, apenas a origem de alguns partidos, devido a sua importância no cenário político atual, inclusive nas articulações em torno da disputa eleitoral da Prefeitura de Maricá, que se avizinha.

¹⁰ Tal aspecto é importante para os objetivos desta tese, visto que a atual prefeitura de Maricá é governada por um militante filiado a esta sigla, portanto, teoricamente teria o compromisso histórico com a ampliação da participação popular, não somente via canais representativos, desde a formação do PT.

¹¹ O motivo de selecionarmos citar tais atores sociais na tese, em detrimento de outros, justifica-se pela importância da atuação histórica dos mesmos no campo da luta pela ampliação e defesa dos direitos sociais no período.

¹² Sobre o tema Cf. SADER, 1988. O termo novos sujeitos também se refere às organizações de bairro, dentre outras com demandas específicas. Importa registrar, conforme nos elucidam Montaño e Duriguetto (2011) que o que



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



constituíram de fato um dado novo, principalmente devido a interação entre o movimento sindical e os partidos políticos que potencializaram ganhos políticos na forma dos princípios expressos na Constituição de 1988, mas a organização burguesa em reação conseguiu bloquear no Estado tais avanços democráticos, principalmente após os anos de 1990, como veremos posteriormente. O que resultou no aviltamento nas condições de vida das classes populares e neutralização da vitalidade dos movimentos associativos e das possibilidades democráticas¹³.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A REDEMOCRAZIÇÃO

Para entendermos melhor os originários conteúdos programáticos do PT, contamos com a contribuição de Morena Gomes Marques Soares (2012). Segundo a autora (idem), quando de sua fundação enquanto partido de massas, o PT apresentou uma plataforma política “de composição operária que pretendia unificar o conjunto dos assalariados em torno de um programa radical de reformas democráticas com um objetivo socialista” (IASI, 2006, p. 382. Apud: SOARES, 2012, p. 92). Essa “socialismo” proposto provinha do caráter “novo” dos atores de lutas populares e sindicais de se aglutinaram em torno da formação do partido, recusando-se a incorporar modelos “importados”. A “novidade” deste projeto seria seu absoluto comprometimento com a democratização da sociedade e do próprio funcionamento institucional do partido. “Nesta lógica, o socialismo a ser construído deveria ser composto, acompanhado da qualidade ‘democrático’. De modo mais claro, seria algo próprio, inédito e contraponto as duas formas historicamente conhecidas na experiência mundial: o socialismo social-democrata e o socialismo ‘burocrático’ advindo do chamado ‘socialismo real’” (SOARES, 2012, p. 92).

Já em seu IV Encontro Nacional, em 1986, a partir do entendimento do país como capitalista dependente e dos limites históricos impostos à classe trabalhadora no Brasil, o partido chegou a conclusão que não seria possível a tomada imediata e consciente do poder de Estado. Passou-se ao entendimento sobre a necessidade de um longo percurso de **acumulação de forças** e amadurecimento político-organizativo dos trabalhadores, para se construir um poder popular com base nos movimentos populares, sindicatos ou em conselhos. “Nem tão inédito quanto se gostaria, o socialismo aqui é captado... em um

tínhamos na realidade eram novas formas de desenvolvimento de velhas lutas, como a do movimento sindical por exemplo.

¹³ No item 2.2.1 apresentaremos alguns desses “novos sujeitos” que surgiram também no período e foram responsáveis pelo movimento de Reforma Urbana. O destaque será dado pela importância do tema para os objetivos desta tese.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



processo gradual, que por 'dentro' da ordem se construiria a luta para um dia alcançar o 'fora' da ordem" (SOARES, 2012, p. 93). Surge daí, uma divisão e não a concomitância de tarefas, relacionadas à "tomada do poder político" e a "efetiva construção do socialismo", a chamada alternativa Democrático-Popular. Para Iasi (2006), as alianças políticas estratégicas passaram a ser justificadas em virtude do modelo desigual e combinado do capitalismo brasileiro (IASI, 2006, pp. 421-422. Apud: SOARES, 2012, p. 94).

É importante observarmos ainda que a aglutinação das lutas contra a ditadura contribui para "uma extensão acrítica do termo 'sociedade civil'. Operava-se uma identificação entre forma de governo e Estado, na qual a resultava da ditadura passava a constituir, simultaneamente, numa negação da luta no âmbito do Estado" (FONTES, 2010, p. 227). Enalteciam-se os "movimentos populares", sem a intermediação de partidos¹⁴, que foram considerados "camisas de força dos movimentos" (idem). Tal tendência foi acrescida por dois processos simultâneos "a ampliação das universidades e o retorno dos exilados pela ditadura (intensificado a partir de 1979, com a Lei de Anistia)" (idem, p. 228). Muitos intelectuais orgânicos voltaram do exílio incorporando o desencanto europeu com a experiência soviética, o que se expressou na recusa aos partidos comunistas, endossando "um modelo vagamente democrático, seja com tonalidades europeizantes social-democratas, seja mais próximos dos modelos toquevillianos, defensores de uma associatividade à americana, então bastante difundidos" (idem). Segundo Fontes, "Este foi o contexto intelectual de constituição das primeiras entidades associativas que se autodenominavam Organizações Não Governamentais (ONGs)" (FONTES, 2010, pp. 231-232).

Antes do fim da ditadura militar, diversos segmentos empresariais e suas entidades representativas, "procurando manter os procedimentos de dominação em plena efervescência de lutas populares antiditatoriais, retomariam o mote da prevalência da propriedade (e do mercado) sobre qualquer ingerência popular politicamente organizada que pudesse vir a controlá-la socialmente" (FONTES, 2010, p. 239). Portanto, com o auxílio das formulações de Virgínia Fontes (2010), podemos afirmar que já existiam aparelhos privados de hegemonia burgueses que buscavam se qualificar como "expressão racional da sociedade e reforçavam de forma vigorosa a contraposição entre sociedade e Estado, de cunho tipicamente liberal. Tinham um programa para o Estado, que deveria se modificar, mas para melhor atender a seus próprios anseios" (idem), ainda que tais articulações ainda não encontrem condições se

¹⁴ Lembrando, conforme nos elucida Freire (2011), "que o antipartidarismo é uma forma ideológica profundamente enraizada no pensamento político brasileiro... algumas argumentações antipartido constituem um traço a um só tempo adquirido e atávico de nossa formação histórica (idem, p. 140).



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



constituírem hegemônicas. Tais entidades atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, e participaram intimamente do Estado na ditadura, ao mesmo tempo em que se apresentavam no sentido liberal como contrapostas ao mesmo. “Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte” (idem, p. 243).

É importante lembrar ainda a grande importância que ganha, a partir de 1983, a campanha pelas eleições diretas no país, em termos de recomposição da sociedade civil, “daí pra frente, o movimento pelas diretas foi além de organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país” (FAUSTO, 2011, p. 282). A rejeição pelo Colégio Eleitoral das “Diretas já” fixou uma batalha sucessória entre Paulo Maluf, pelo PDS, e a organização da Aliança democrática, formada pelo PMDB que propõe Tancredo Neves para presidente, e o recém-criado Partido da Frente Liberal (PFL), cujo representante, José Sarney passou a ser o vice da chapa, mas era visto por ressalvas pela sua vinculação anterior com a ARENA/PDS. Não é nosso objetivo apresentarmos detalhes conhecidos sobre o tema, é importante frisar que após a eleição e morte de Tancredo Neves (1985), e com a posse definitiva de Sarney um clima de otimismo se instaurou no país, em virtude da implantação da Assembleia Constituinte em 1987, cujos trabalhos formalmente se encerraram em 1988.

Ilustraremos um pouco do quadro econômico do período com o auxílio das formulações de Bhering (2003):

O Colégio Eleitoral foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização... evitando a radicalização possível do processo político em meio a crise econômica em curso – mesmo com Sarney na Presidência da República -, prevaleceu na equipe econômica a orientação que preconizava o papel do Estado como sinalizador e promotor de medidas requeridas. O plano do governo da “Nova República” reconhecia o esgotamento da etapa substantiva de importações e a prioridade para a modernização do parque industrial, no sentido da introdução da tecnologia eletrônica e biotecnologia, tendo em vista a inserção no cenário internacional. Seus formuladores perceberam os constrangimentos externos para adoção de medidas nessa direção e apresentaram propostas quanto à: renegociação da dívida externa... ; política fiscal não contencionista com reestruturação da situação financeira do setor público, combate à inflação e redução das taxas de juros; descompressão da massa salarial para estimular a demanda interna (BEHRING, 2003, pp. 139-140).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



É importante enfatizar que no período “a Constituinte tornou-se uma grande arena de disputas e de esperança de mudanças para os trabalhadores brasileiros, após a sequência de frustrações, Colégio Eleitoral, morte de Tancredo e falência do Cruzado” (BEHRING, 2003, p. 142). Behring (2003) aponta também expectativas de mudanças também pela agenda liberal, “assim, a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças” (idem, p. 143), motivo pelo qual a Carta Magna de 1988 não se tornou o ideal para nenhum grupo nacional na época.

Segundo Behring “O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de Constituição Cidadã, de Ulisses Guimarães” (BEHRING, 2003, p. 143). Ainda que tenha ocorrido uma vitória de cunha legal, as forças conservadoras não estavam ausentes no texto constitucional, como pode ser constatados nas prerrogativas militares que constam no texto da Carta Magna (Artigo 142), que diz: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia de poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Como garantidores da lei e ordem interna, esse texto ambíguo deixa brechas para intervenção militar em assuntos de segurança interna. Outros elementos conservadores e autoritários permaneceram no texto constitucional: “como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras), a manutenção de prerrogativas do executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica (BEHRING, 2003, p. 143). O que nos faz perceber que a efetiva democratização brasileira ainda é um processo inconcluso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine. Brasil em Contra-Reforma - Desestruturação do Estado e perda de Direitos. 1. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária, SP, Ed. Perseu Abramo, 2000.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: LIMA & NEVES (Orgs). Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006, p. 173-200.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo, Edusp, 2011.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

FREIRE, Silene de Moraes. Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas no pós-1964. Rio de Janeiro, Gramma, 2011.

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo. Rio de Janeiro, EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010. Coleção teoria e história

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOORE JUNIOR, B. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo, Martins Fontes, 1975.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOARES, Morena Gomes Marques (Dissertação de mestrado). Em busca da "Revolução Brasileira": O democrático -popular como expressão político-programática da classe trabalhadora no Brasil. Rio de Janeiro, Programa de Pósgraduação em Serviço Social da

VELOSO, Fernando A.; Et. Al. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In: Rev. Bras. Econ. vol.62 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2008. Disponível:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006